

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE
APOIO TÉCNICO
A AUTARQUIAS LOCAIS

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

1. Apresentação

De acordo com a alínea f) do ponto 3.2.2 do Anexo constante do Despacho n.º 16709/2007, publicado no Diário da República, II série – n.º 146, de 31 de julho, e Item III-2 do Anexo à Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho, compete à Divisão de Gestão Territorial da CCDRC apoiar tecnicamente as práticas de gestão territorial de âmbito local.

Mediante solicitações das autarquias, esta CCDRC emite pareceres, no âmbito da gestão territorial, relativas a matérias sobre uso, ocupação e transformação do solo.

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação destes processos.

2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

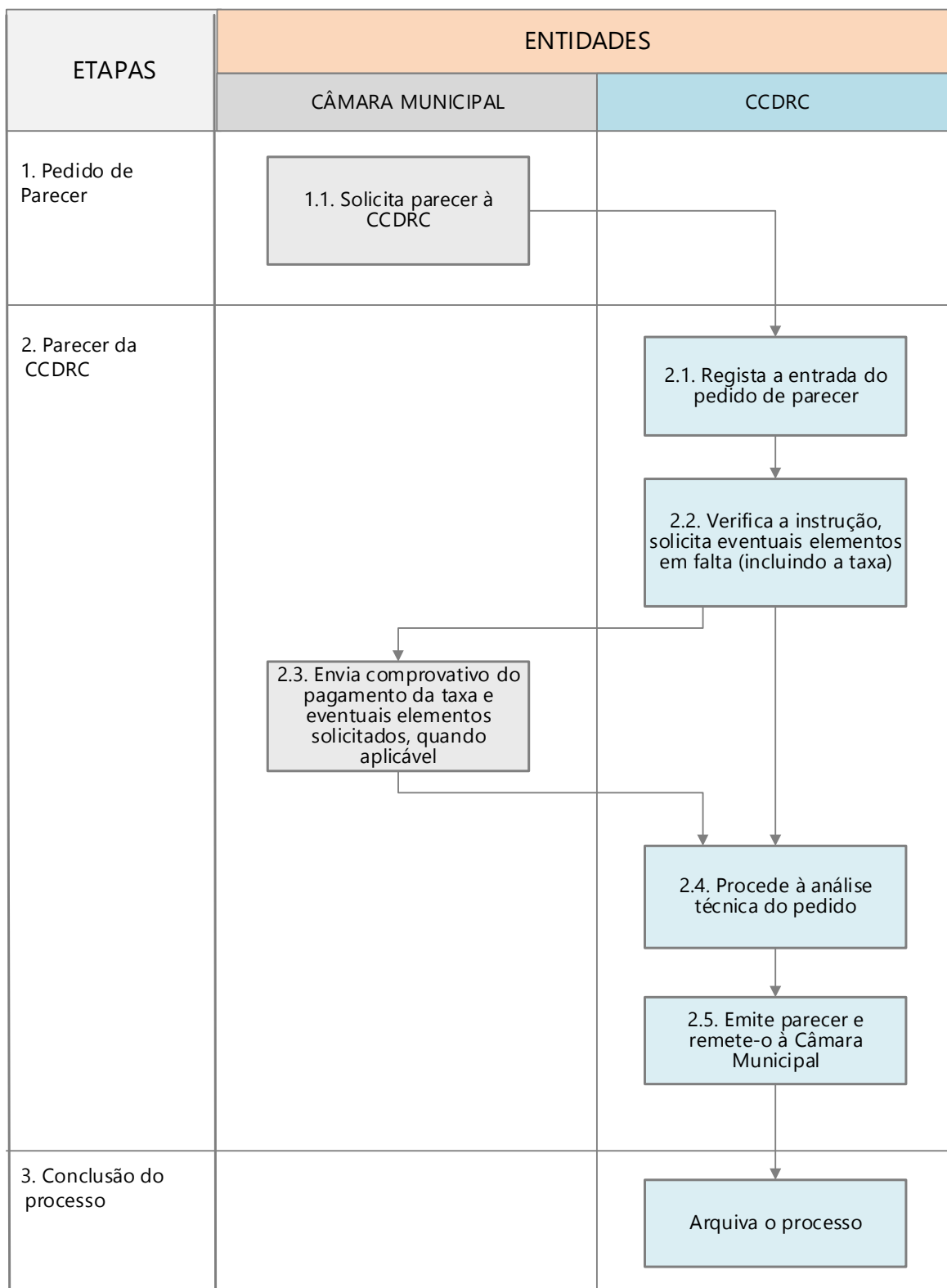
- **Despacho n.º 16709/2007**, publicado no Diário da República, II série – n.º 146, de 31 de julho
- **Decreto-Lei n.º 4/2015**, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo - CPA).
- **Portaria n.º 314/2010**, de 14 de junho (taxas e competências).

3. Tramitação dos processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de emissão de parecer sobre matérias de uso, ocupação e transformação do solo. A numeração adoptada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p>Despacho n.º 16709/2007</p> <p>Portaria n.º 314/2010</p>	<p>1. Pedido de parecer</p> <p>1.1. A Câmara Municipal (CM) solicita parecer técnico à CCDRC.</p>
<p>Despacho n.º 16709/2007</p> <p>Decreto-Lei n.º 4/2015 (CPA)</p> <p>Portaria n.º 314/2010</p>	<p>2. Parecer da CCDRC</p> <p>2.1. A CCDRC regista a entrada do processo.</p> <p>2.2. A CCDRC verifica a instrução do processo solicitando eventuais elementos que se mostrem necessários para a sua apreciação, incluindo a taxa, se aplicável (<i>Portaria n.º 314/2010, Anexo - Item III-2.</i>).</p> <p>2.3. A CM envia os elementos solicitados à CCDRC, quando aplicável.</p> <p>Nota: O pagamento é efetuado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente; ▪ Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por: <ul style="list-style-type: none"> –Multibanco (preferencialmente); –Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR; –Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC. <p>2.4. A CCDRC procede à análise técnica do pedido.</p> <p>Nota: Eventualmente, a CCDRC pode solicitar esclarecimentos ou elementos complementares, fixando-lhe um prazo para resposta, suspendendo-se o procedimento até à entrega dos esclarecimentos/elementos pela CM.</p> <p>2.5. A CCDRC emite o parecer e remete-o à CM.</p> <p>Nota: O parecer é emitido no prazo de 30 dias, a contar da data de entrada do processo e desde que este se encontre devidamente instruído (<i>n.º 3 do artigo 92.º do CPA</i>).</p> <p>3. Conclusão do processo</p> <p>A CCDRC arquiva o processo.</p>

4. Fluxograma da Tramitação



5. Modelo de requerimento de apoio técnico a autarquias locais disponível no portal da CCDRC em:

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Apoio técnico a autarquias locais
(Modelo CCDRC DSOT/DGT - 7/2019)